

O NACE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO

Dáfine Lemos da Costa Borba
Universidade Federal de Pernambuco
dafineborba@hotmail.com

Ana Lúcia Borba de Arruda
Universidade Federal de Pernambuco
anaborba@hotmail.com

Maria Zélia de Santana
Universidade Federal de Pernambuco
mzeliasantana@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A universidade tem um papel transformador na vida da comunidade onde a mesma está inserida, necessitando manter-se em constante autoavaliação para atender as necessidades sociais (MOREIRA, 2013). Por outro lado, conforme Gisi e Ens (2015), embora existam iniciativas governamentais que contemplam a ampliação de vagas nas instituições de educação superior (IES), o país ainda se encontra distante de possuir um sistema educacional democratizado.

Para tanto, reforça-se a necessidade de políticas públicas no âmbito nacional e institucionais voltadas para a garantia do direito ao acesso e a permanência dos estudantes na educação superior, por parte dos Estudantes com deficiência (doravante Ecd), além de uma avaliação e acompanhamento dessas políticas.

Dito isto, este estudo tem por finalidade contribuir no campo das pesquisas de políticas educacionais através da análise da Portaria Normativa nº 04/2016 que regulamenta o Núcleo de Acessibilidade (doravante NACE) da Universidade Federal de Pernambuco (doravante UFPE).

POLÍTICAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

A partir dos anos 1980, começa-se intensificar o debate em relação a carência de ações no âmbito educacional com o objetivo de minimizar desigualdades sociais. Neste contexto, a pauta de inclusão de Ecd no âmbito educacional é inserida na esfera

internacional, buscando não apenas o acesso, mas também a garantia da permanência destes sujeitos na educação.

Nesta direção merece destaque a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (2006). Na educação superior, a Conferência Mundial sobre Educação Superior (1998), (SANTANA, 2016).

Tomando como base estas influências, faz-se necessário compreender as políticas públicas no âmbito nacional traduzidas em ações de políticas públicas em prol do acesso e da permanência do Ecd na educação superior, por meio do Aviso Circular 277/1996 (BRASIL, 1996), que retrata a necessidade de mudanças que possibilitam o acesso e a permanência do Ecd nas universidades.

Todavia, verifica-se a existência efetiva dessas políticas em instituições públicas federais, a partir de 2005 com o surgimento do Programa Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), no âmbito do MEC, com o objetivo de promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas universidades federais. Em 2014, foi estendido as todas as instituições públicas a implantação do Núcleo de Acessibilidade no intuito de institucionalizar políticas institucionais de acessibilidade.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Na UFPE as primeiras ações na perspectiva de inclusão de Ecd se consolidaram, apenas, em 2016, com a Portaria Normativa nº 04/2016, que instituiu a criação do NACE/UFPE. O NACE tem como finalidade apoiar e promover ações de acessibilidade aos estudantes e servidores com deficiência, mobilidade reduzida, transtorno funcional específico da aprendizagem, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação (RECIFE, UFPE, 2016).

O artigo 2º da Portaria Normativa nº 04/2016 especifica os objetivos do NACE/UFPE, evidenciando a promoção da inclusão:

- I. Promover a inclusão, a permanência e o acompanhamento de pessoas com deficiência e necessidades específicas, nos diversos

níveis de ensino oferecidos por esta instituição, garantindo condições de acessibilidade na UFPE;

II. Articular-se intersetorialmente frente às diferentes ações já executadas na UFPE, assim como na promoção de novas ações voltadas às questões de acessibilidade e inclusão educacional, nos eixos da infraestrutura; comunicação e informação; ensino, pesquisa e extensão;

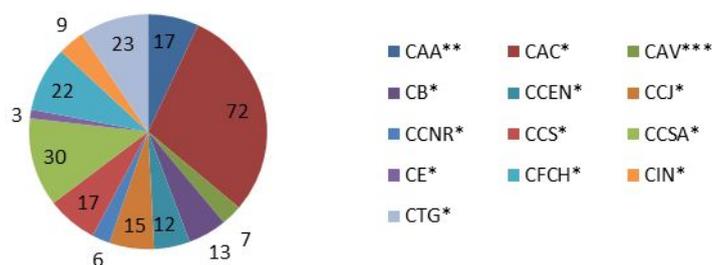
III. Oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de uma equipe multidisciplinar, voltado para seu público-alvo;

IV. Constituir parcerias com entidades governamentais e sociedade civil organizada, cujos objetivos tenham relações diretas com as finalidades do NACE/UFPE. (RECIFE, UFPE, 2016).

Atendendo aos objetivos, é importante destacar a descentralização do Nace com a criação dos NACes Setoriais, localizado no Centro Acadêmico de Vitória e em Caruaru. Desta forma, a instituição promove ações inclusivas por meio de Núcleos Setoriais de Acessibilidade, dispostos nos três *campi*, sendo de competência o cumprimento das normativas dispostas na portaria. Vale lembrar que tanto estudantes quanto funcionários, possuem diferentes necessidades e estão distribuídos nos diferentes centros acadêmicos. Em sendo assim, os Naces setoriais, tem diferentes perspectivas de criação de ações de políticas institucionais.

Em relação ao quantitativo de Ecd matriculados na UFPE, com atuação direta nos NACes Setoriais (Recife, Vitória e Caruaru), de modo proporcional, encontram-se nos centros do *campus* Recife, Caruaru e Recife. Em Recife a maior concentração está no Centro de Artes e Comunicação (CAC), talvez pelo fato deste oferecer o Curso de Licenciatura em Letras com ênfase em Libras, atraindo estes estudantes para o curso. (ver Gráfico1)

Gráfico1: Número de Estudantes com deficiência por centro da UFPE



*Centros do Campus Recife

** Centro Acadêmico do Agreste

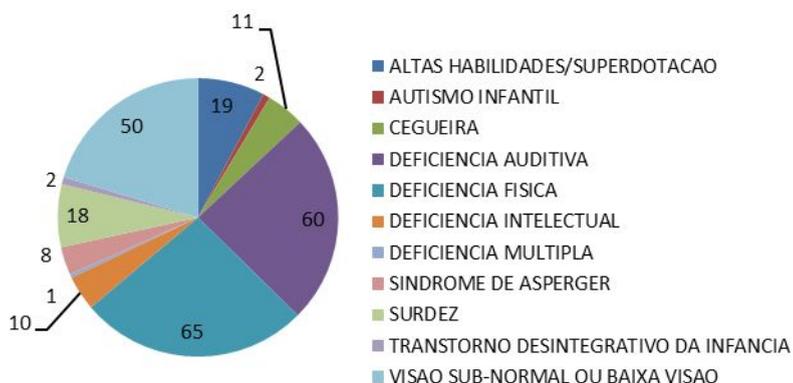
*** Centro Acadêmico de Vitória

Fonte: Sistema de Informações e Gestão Acadêmica - Sig@, Núcleo de Tecnologia da Informação, UFPE, 2017.

Além de visualizarmos as matrículas dos Ecd dentro da UFPE, é importante compreender quais os tipos de deficiências que estes estudantes apresentam para melhor atendê-los, no sentido de quebra de barreiras (arquitetônicas, de comunicações e atitudinais).

O gráfico a seguir mostra que o maior número de Ecd matriculados na UFPE possui deficiência física (65 alunos), seguido de deficiência auditiva (60 alunos). Os demais totalizam menos da metade das matrículas, nos revelando um quadro de dificuldades de acesso por parte de determinados grupos de jovens com algumas deficiências e de transtornos, conforme o quadro sinaliza.

Gráfico2: Número de Estudantes e as deficiências apresentadas.



Fonte: Sistema de Informações e Gestão Acadêmica - Sig@, Núcleo de Tecnologia da Informação, UFPE, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas a matrícula na educação superior de Ecd aumentou, resultado de políticas públicas de acessibilidade, a exemplo do Programa Incluir (BRASIL, 2005). Contudo, a adesão tardia de algumas universidades a essas políticas, como é o caso da UFPE, repercute diretamente no número de Ecd matriculados e, conseqüentemente, na permanência desses na universidade.

É relevante a criação do NACE/ UFPE e sua descentralização, por meio dos Naces Setoriais, que tem atuado diretamente com ações voltadas a permanência dos Edcs, nos centro acadêmicos.

Levando em consideração os movimentos políticos para a efetivação da inclusão de Ecd na UFPE, podemos considerar relevante o quantitativo de alunos matriculados. Todavia, a garantia de permanência com qualidade, ainda, é um grande desafio a ser vencidos com ações efetivas por meio de políticas institucionais. No entanto, podemos destacar o Programa Estudante Apoiador, que surge no Centro Acadêmico de Vitória como uma ação do Nace Setorial/CAV, criado em 2017.

Vale lembrar que o acesso é só uma das barreiras dentro do nosso sistema educacional, altamente excludente, sendo importante a busca por garantia de permanência com qualidade, em todos os níveis de ensino, inclusive na educação superior.

REFERÊNCIAS

- BONETI, L. W. Políticas públicas, educação e exclusão social. *Educação, exclusão e Cidadania*. 3ª ed., 2003.
- BRASIL, Documento Orientador Programa Incluir. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/incluir/legislacao-2/arquivos/documento-orientador-do-programa-incluir>. Acesso em: 19 Jun. 2016.
- BRASIL, Portaria Normativa nº 04, de 16 de fevereiro de 2016. Institui o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade/images/PORTARIA_NORMATIVA_NACE.pdf. Acesso em: 14 Jun. 2016.
- CORCINI, M. M.; BONETI, L. W. As Políticas Públicas de Acesso À Educação Superior No Brasil: Uma Avaliação Parlamentar, 2006.
- GISI, M. L.; ENS, R. T. Políticas de acesso à Educação Superior: por que avaliar? *Revista Diálogo Educacional*. Curitiba, v. 15, n. 44, p. 173-193, 2015.
- MOREIRA, R. J. Sociedade e universidade: cinco teses equivocadas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2013.
- SANTANA, M. Z. D. Políticas públicas de educação inclusiva voltada para estudantes com deficiência na educação superior: o caso da Universidade Federal da Paraíba. Tese do Doutorado no Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.